RELATÓRIO DE

Sustentabilidade

DO SETOR
DE SEGUROS

2023

CNseg

Indicadores ASG

Principais Indicadores

do Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros de 2023

O Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros apresenta o panorama sobre a integração de aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) nas operações e na cadeia de valor do setor. Seu objetivo é ampliar os horizontes de análise, apontar caminhos para o enfrentamento dos desafios de negócios pelas empresas associadas e fornecer informações qualificadas à sociedade sobre a nossa atuação.

Na edição de 2023, participaram **52 seguradoras**, que correspondem a **75,4%** da arrecadação total de prêmios do mercado representado pela CNseg.

Esta publicação é uma versão reduzida do Relatório completo, que pode ser acessado pelo portal da CNseg **clicando aqui**.

Carteira de produtos e serviços

O setor de seguros desempenha um papel fundamental na promoção de benefícios socioambientais e climáticos para segurados, beneficiários, participantes e para a sociedade em geral. Ao oferecer cobertura securitária para segmentos econômicos e projetos reconhecidamente verdes e de impacto positivo, como energia renovável, restauração florestal e agricultura sustentável, o setor contribui para dar escala e tração a iniciativas e setores econômicos essenciais para uma transição climática justa no país. Além disso, assistências e serviços vinculados aos produtos de seguros têm o potencial de gerar benefícios adicionais, incentivando práticas sustentáveis. Medidas como o descarte adequado de resíduos, materiais e aparelhos, bem como a gestão sustentável de salvados, são exemplos de práticas oferecidas pelo setor.

59,6%[1] possuem diretrizes formais para consideração de critérios ASG no desenvolvimento e na venda de produtos e serviços;

59,6%[2] possuem produtos ou linhas de negócio relacionados diretamente ao risco ou à responsabilidade ambiental;

65,4%[3] identificaram ou rotularam quais seguros, serviços e assistências de seu portfólio contribuem para gerar benefícios climáticos, ambientais ou sociais aos segurados/beneficiários ou à sociedade.

[1/2] Não (30,8%); S/R (9,6%)

[3] Não (25%); S/R (9,6%)

Gestão de Riscos

O setor de seguros possui uma expertise única para identificar, avaliar e mensurar riscos de diversas naturezas. Integrar aspectos de sustentabilidade na gestão de riscos tornou-se uma responsabilidade essencial para as seguradoras, alinhando suas operações às expectativas crescentes da sociedade. Essa integração permite às seguradoras maior segurança na tomada de decisões voltadas à redução de suas exposições e à construção de uma operação mais resiliente frente aos desafios climáticos e socioambientais, minimizando riscos futuros e contribuindo para a estabilidade e solidez do setor.

59,6%[1] consideram riscos climáticos nas políticas de aceitação de riscos e nos modelos de subscrição;

55,8%[2] consideram riscos climáticos nas avaliações de exposição das suas carteiras de subscrição;

44,0%[3] definiram limites para concentração de riscos ou restrições para realização de negócios que considerem riscos de sustentabilidade;

25,0%[4] recusa ou não renova contrato quando identifica aspectos socioambientais não compatíveis com os critérios de sustentabilidade estabelecidos em sua política.

[1/2] S/R (13,5%)

[3] Não (17%); N/A (13%); S/R (13%)

[4] S/R (15,4%)

Governança

O debate sobre sustentabilidade é inerentemente transversal. Dessa maneira, a integração adequada da sustentabilidade nos negócios requer a consideração de temas ASG em todas as esferas de atuação das companhias, atribuindo a cada parte envolvida a devida responsabilidade de acordo com as respectivas competências. Isso está condicionado à construção de uma estrutura de governança robusta, capaz de escalar questões emergentes de forma organizada e transparente, assim como inseri-las na estratégia de negócios de forma permanente. Boas estruturas de governança possibilitam a operacionalização de questões-chave para a sustentabilidade e o engajamento de diversas áreas da empresa, sobretudo da alta liderança.

65,4%[1] possuem um comitê, área ou comissão específica para tratamento de questões de sustentabilidade;

42,3%[2] informaram que a maior instância ou nível organizacional da empresa envolvida na deliberação sobre questões de sustentabilidade é o conselho de administração;

34,6%[3] das participantes afirmam que as metas de desempenho da alta liderança incluem questões ASG em percentuais relevantes.

[1] Não (28,8%); S/R (5,8%)

[2] S/R (9,6%)

[3] Não (51,9%); S/R (13,5%)

Investimento

O setor de seguros possui ativos financeiros na ordem de R$ 2,1 trilhões, e financia cerca de 26% da dívida pública nacional, se constituindo como um dos maiores investidores institucionais do país, com potencial para direcionar investimentos para ativos e projetos reconhecidamente verdes e de impacto. Ao investir em ativos sustentáveis, o setor de seguros contribui para o desenvolvimento sustentável do país, colaborando para a diminuição de riscos socioambientais e climáticos da sociedade. Uma sociedade resiliente, baseada em um modelo econômico inclusivo e de baixo carbono, resulta em menor exposição aos riscos para seus segurados. Portanto, para as seguradoras, o desenvolvimento sustentável não é apenas importante – é estratégico. Sob essa ótica, os investimentos sustentáveis são uma estratégia crucial para garantir a longevidade e a viabilidade econômica do setor, ao mesmo tempo em que promovem um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

69,2%[1] incluem critérios ASG na política de investimentos próprios ou geridos por terceiros;

44,2%[2] das empresas têm metodologia de avaliação ASG na análise e na gestão de ativos;

26,9%[3] afirmam possuir critérios ASG na escolha de suas gestoras de investimentos.

[1] Não (19,3%); S/R (11,5%)

[2] Em fase de implementação (7,7%); Não, mas há intenção de implementá-la no futuro (13,5%); Não (23,1%); S/R (11,5%)

[3] Não (38,5%); N/A (23,1%); S/R (11,5%)

Diversidade, Equidade e Inclusão

A promoção da diversidade, equidade e inclusão é uma das formas de alavancar a justiça social, que pode ser impulsionada pela participação do setor privado. Além de uma melhor representação da realidade em que vivemos, ao inserir em contextos profissionais um reflexo mais apurado da população brasileira, que é amplamente diversa, a promoção de DEI nas empresas catalisa um ambiente de inovação e transformação em produtos e serviços, ao incorporar diferentes perspectivas e proporcionar um ambiente inclusivo, onde a discriminação de qualquer tipo não encontre espaço. O setor de seguros tem demonstrado maior sensibilidade a essas considerações, e incorporado a consciência social e ética ao cerne dos negócios.

53,4%[1] da força de trabalho do setor é composta por mulheres;

20,3%[2] dos colaboradores das empresas são pretos, pardos ou indígenas;

84,6%[3] das empresas adotam práticas de promoção à diversidade e não-discriminação;

63,5%[4] das participantes contemplam formalmente a promoção da diversidade, equidade e inclusão em seu planejamento estratégico;

75,0%[5] das empresas promovem a diversidade e inclusão como um meio sustentável de obter resultados positivos nos negócios.

[1/2] Respondido por 90,4% dos participantes

[3] Não (11,5%); S/R (3,9%)

[4] Não (28,8%); S/R (7,7%)

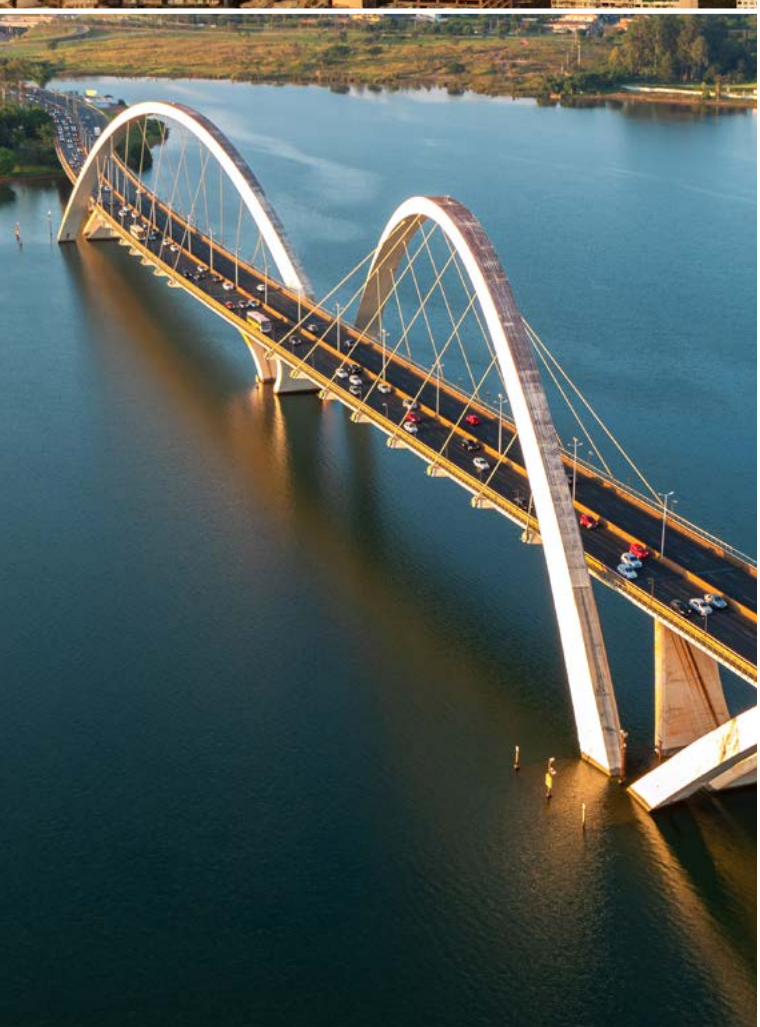
[5] Não (17,3%); S/R (7,7%)

Fornecedores e prestadores de serviços

Para promover a sustentabilidade de forma efetiva, é crucial que ela seja incorporada em toda a cadeia de valor de um negócio. A inclusão de critérios de sustentabilidade na seleção e homologação de fornecedores e prestadores de serviços é fundamental para que os padrões de qualidade e responsabilidade socioambiental das seguradoras sejam mantidos em todas as etapas de suas operações. Esse cuidado permite que parceiros estejam alinhados com os valores e objetivos da seguradora, reforçando o compromisso do setor com práticas responsáveis e fortalecendo seu papel na promoção de um futuro mais sustentável.

78,9%[1] das participantes consideram critérios ASG na seleção e homologação dos fornecedores e/ou prestadores de serviço;

7,7%[1] possuem e aplicam critérios específicos de seleção e homologação para diferentes tipos de fornecedores e de serviços;

71,2%[1] possuem e aplicam critérios gerais de seleção e homologação, sem distinção por tipos de fornecedores ou de serviços.

[1] Não (11,5%); S/R (9,6%)